

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Do Sr. DR. ZACHARIAS CALIL)

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre a saúde suplementar, para garantir cobertura aos teleatendimentos com o profissional escolhido pelo paciente, e para garantir equivalência de pagamento com os atendimentos presenciais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12.....

I -

d) cobertura ao atendimento na modalidade remota, ou teleatendimento, se autorizada pelo conselho profissional do atendente.

§6º Nos contratos que incluam atendimentos ambulatoriais, é permitida a livre escolha do paciente quanto ao profissional atendente, se credenciado, e quanto à modalidade de atendimento – presencial ou remoto.” (NR)

Art. 2º O art. 17-A da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte §7º:

“Art. 17-A.....

§7º Os atendimentos na modalidade remota serão remunerados com os mesmos valores previstos para os atendimentos presenciais equivalentes.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

A pandemia de Covid-19, maior crise sanitária do século, já causou milhões de mortes, devido às altas transmissibilidade e gravidade. Uma forma de controle adotada pela maior parte dos países foi restringir as interações pessoais, para retardar o avanço do vírus na comunidade.

Nesse contexto, os atendimentos de saúde na modalidade remota, ou teleatendimentos/telemedicina, surgiram como alternativa, quando possível, e foram rapidamente autorizados pelos conselhos profissionais de medicina, enfermagem, psicologia, entre outros.

Diante disso, e com a anuência da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as operadoras de planos de saúde começaram a oferecer esta forma de atendimento para seus beneficiários.

O problema é que algumas dessas gerenciadoras de planos têm restringido a liberdade do paciente de escolher o profissional atendente. Elas oferecem apenas alguns profissionais que fazem parte do seu quadro clínico, ainda que os demais já sejam credenciados.

Isso prejudica a assistência, já que o paciente pode já ter histórico de atendimento com determinado médico, por exemplo, que já conhece sua evolução clínica. Quando a operadora não autoriza a continuação do controle com este profissional, podem ocorrer equívocos ou atraso no processo terapêutico.

Com base nessa situação, propomos este Projeto de Lei, para estabelecer a liberdade do paciente de escolher seu atendente, ainda que na modalidade de teleatendimento. Pela importância da medida, pedimos o apoio dos demais pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 2021.

Deputado DR. ZACHARIAS CALIL

2021-3205



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Zacharias Calil
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214457372100>

